

## RADAR

# ANDES se reúne com Ministro da Educação

Além do fato de o ministro Fernando Haddad ter adiantado que editaria uma Medida Provisória tratando da estrutura da carreira docente e reajustando gratificações do Magistério, poucos avanços ocorreram na audiência entre diretores do ANDES-Sindicato Nacional e o Ministério da Educação. O diálogo se deu no último dia 18 de maio, no gabinete do ministro, em Brasília. Estavam presentes a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa e mais o professor Luiz Henrique Schuch. Pelo MEC, além do ministro, estava Godofredo Pinto (Secretaria de Ensino Superior, SESu). Participou também Márcia Abreu, assessora da deputada Fátima Bezerra (PT-RN).

Haddad foi indagado também a respeito da minuta que tramita internamente no governo sobre a alteração salarial dos docentes do ensino de 1º e 2º grau. O Ministro disse que recebera o SINASEFE para tratar do assunto. Ante o protesto veemente contra a discriminação ao ANDES-SN, que representa parte significativa da categoria, o Ministro teria se mostrado atônito como se não estivesse informado da presença desses docentes na base do ANDES-SN e como se não soubesse dos atos obstrutivos feitos pelo próprio MEC, durante a greve, com o intuito de impedir que as negociações se dessem em conjunto com os dois sindicatos que representam esse segmento docente. Em seguida, informou que a proposta seria enviada ao Congresso "na próxima semana", referindo-se aos dias de 22 a 26 de maio, como PL ou como MP.



Diretoria do ANDES-SN fez cobranças ao MEC

versão, o Ministro respondeu que manterá apenas a limitação do número de representantes das mantenedoras nos conselhos universitários. Sobre os debates realizados ou patrocinados pelo governo a respeito dos hospitais universitários, em particular sobre a mudança do estatuto jurídico dessas entidades, Fernando Haddad respondeu que o tema não avançou e que ele próprio é favorável à transformação de todos eles em autarquias, com pessoal concursado em cargos públicos e orçamento advindo da saúde.

**FINANCIAMENTO-** Diversos outros temas foram tratados na reunião, entre esses, a questão do financiamento da rede federal de educação superior, havendo flagrante discordância do ANDES-SN em relação à fórmula proposta pelo governo naquilo que se anuncia ser o seu projeto de reforma universitária. Os representantes do Sindicato Nacional afirmaram que a fórmula divulgada nas entrevistas do Ministro à imprensa não só falha em salvaguardar a vinculação orçamentária, como trata de montantes bem inferiores aos já escassos repassados atualmente. O ANDES protestou contra o fato de não lhe ter sido enviada a última versão da proposta de reforma universitária do MEC. Haddad defendeu-se dizendo que os técnicos do orçamento não costumam errar e comprometeu-se a enviar cópia da minuta com a qual o MEC está trabalhando.

Questionado se o governo manterá o capítulo relativo ao controle público do ensino privado, que constava na primeira

## Haddad reclama da pauta

Em relação à pauta de reivindicações dos professores em 2006, já protocolada no Ministério, Fernando Haddad declarou que ela é extensa, e que o impacto é de R\$ 15 bilhões, em sua opinião, muito acima das possibilidades. Quando contestado, concordou em estabelecer um método de interlocução entre o ANDES-SN e o MEC que permita avançar em etapas. Propôs, no entanto, que a audiência priorizasse uma espécie de balanço desse último período, com destaque para o movimento de greve do final do ano passado e as repercussões sobre um projeto estratégico para a universidade pública. Disse o Ministro que tem percebido o recrudescimento do discurso contrário à universidade pública, com críticas vindas de certos setores da imprensa sobre a sub-vinculação orçamentária colocando em contraposição a educação superior e a educação básica e crítica o que chamou de "...dias e dias de greve".

A respeito da greve, Haddad disse que leva em consideração a duração, a abrangência e a oportunidade. Destacou o que considera ser a contribuição do governo no último período: ampliação do orçamento de custeio, elaboração de programas de investimentos, o plano de carreira dos técnico-administrativos e atendimento ao compromisso de que nenhum docente tivesse reajuste salarial menor do que a inflação do período. Protestou em relação às marcas que ficaram em razão da moção de repúdio aos dirigentes do MEC, divulgada pelo movimento durante a greve.

Marina Barbosa, do ANDES, manifestou estranheza pelo retorno, neste momento, do assunto relativo à moção de repúdio tratando dos episódios de Catalão, pois isso já foi esclarecido em duas oportunidades na Mesa e para a base do movimento docente. Fez um balanço histórico positivo das greves, diante do qual o Ministro solicitou que se registrasse a sua concordância em geral, mas insis-

te em uma avaliação do último período especificamente. Estabeleceu-se debate a respeito das repercussões de várias das iniciativas governamentais que incidiram no ambiente universitário, fragilizando o caráter público e universal no sistema federal, destacando-se o efeito negativo do achatamento salarial, da decomposição do salário em gratificações, da desestruturação do ambiente acadêmico via políticas governamentais.

Houve polêmica a respeito do caráter do Programa Universidade Para Todos (ProUni) e sobre o montante de isenção fiscal concedido ao programa. Os diretores do ANDES-SN citaram como exemplo de atentando contra a Constituição Federal, a posição que o MEC mantém quanto à relação das universidades públicas com as fundações privadas. Foi cobrada a falta de resposta ao pedido do ANDES-SN quando solicitou ao MEC cópias dos Estatutos dessas entidades e providências diante das ilegalidades cometidas por várias universidades federais no final do ano passado, ao repassarem recursos do orçamento federal de grande monta, portanto recursos públicos, para as entidades privadas.

Inicialmente, o Ministro acenou com posição favorável àquela transferência de recursos, citando os destinados à expansão, mas disse que, havendo identificação de ilegalidades, o ANDES-SN deveria denunciar ao Ministério Público. Foi informado que notificações já estão sendo feitas aos reitores no país inteiro, e que as representações serão levadas ao Ministério Público. Contraposto com a cobrança do seu poder e do seu dever de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e, mais, sobre os desvios de conteúdo que a tolerância/indução das autoridades educacionais, nesse caso, estavam produzindo no ambiente universitário, Haddad reconheceu que essa é uma discussão fundamental e disse estar disposto a fazê-la.

## Reforma Universitária

Depois de mais de dois anos de discussão, o projeto de lei da Reforma Universitária, em sua quarta versão, chegou neste mês de maio à Casa Civil da Presidência da República para ser encaminhado ao Congresso Nacional. O texto aumenta para 75% a reserva de recursos da educação para as universidades federais, garante sua autonomia e aumenta o chamado "controle social" nas instituições privadas. A reserva de recursos para as federais é o ponto central dos 58 artigos do projeto final. Apesar de tratar do sistema universitário como um todo, boa parte do texto fala diretamente das federais. A garantia de recursos era o pedido principal das universidades, mas esbarrava na resistência da equipe econômica. Foi a decisão de Lula, tomada há cerca de um mês, que desemperrou o processo, parado no Planalto desde julho de 2005.

O texto final prevê que essa garantia de recursos vigore por dez anos. Foi um pedido da equipe econômica para que não se tornasse eterno mais um engessamento do Orçamento da União. O ministro da Educação, Fernando Haddad, acredita que esse prazo permitirá uma revisão da necessidade de manter, ampliar ou diminuir a reserva de recursos, especialmente por conta da ampliação do número de instituições federais. De acordo com o Ministério da Educação, os 75% vão garantir para as universidades mais R\$ 1 bilhão por ano. Com um bônus: apesar de, a partir da autonomia, elas terem de incluir em seu orçamento o pagamento de pessoal, os inativos ficam de fora. O pagamento será feito pelo Tesouro, sem que os recursos sejam contabilizados como dinheiro para a educação.

(Fonte: O Estado de São Paulo, 15.05.2006)